



DIREITO ADMINISTRATIVO



Estratégia

OAB

SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO ADMINISTRATIVO

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Eduardo, Governador do Estado X, buscando a melhoria dos equipamentos para utilização pelo setor de segurança pública do Estado, decide realizar a compra de rádios comunicadores em razão dos aparelhos atualmente utilizados estarem defasados, e principalmente pelas constantes interferências na frequência da polícia, prejudicando a grande maioria das operações.

Pela necessidade de definir e identificar os meios e as alternativas que possam vir a satisfazer as necessidades exigidas, e ciente que o padrão técnico mais adequado seria mais dispendioso para o Estado, o Governador elabora um plano estratégico para reter gastos com a quantidade de rádios comunicadores que necessitarão ser comprados para todo os policiais estaduais, decidindo, portanto, realizar o processo licitatório de diálogo competitivo.

Na fase de diálogo, a administração instaurou uma comissão de contratação composta por 3 (três) servidores comissionados, e após publicação do edital determinou o prazo máximo de 48hs para manifestações de interesse na participação da licitação. A partir de então, já iniciou as conversas com os licitantes.

Oscar, irmão do Governador Eduardo, proprietário da empresa Walkie-talkie Ltda. que fornecia equipamentos eletrônicos incluindo tais rádios comunicadores, ao saber da necessidade do Estado para compra dos rádios, logo o procura buscando alcançar vantagem aos demais competidores, através de seu irmão, e em uma ida ao gabinete, sai de lá com os principais pontos destacados e exigidos para configuração da melhor oferta para apresentá-la à comissão no dia posterior;

Na fase de competição, os licitantes apresentaram as contraofertas para o poder público. Entretanto, a oferta vencedora foi da empresa Walkie-talkie Ltda., que de maneira sorrateira conseguiu levar vantagem sobre os demais.

Não demorou muito, e a Rádio X LTDA, uma das empresas lesadas pela licitação, impugna o certame ao tomar conhecimento da falcatrua acontecida, uma semana após a contratação, a empresa Rádio X LTDA já apresenta todos os documentos comprobatórios da fraude, e procura você para que, na qualidade de advogado, maneje a medida judicial mais célere apta a garantir a anulação do procedimento licitatório.

Elabore a medida judicial cabível para defender os interesses do seu cliente. Considere que seu cliente expressamente pediu para você manejar a medida judicial, em tese, mais célere. [5,00 pontos]

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	

28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	

56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	

84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	

112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	
121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	

140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

O Secretário de Finanças da prefeitura do Município X, está sendo processado pela prática de ato de improbidade administrativa. A acusação fundamenta que o servidor foi responsável pela realização de contratação pública que não seguiu os ritos legais no procedimento licitatório.

Em seu processo, consta a informação de que, embora houvesse divergência interpretativa da lei, baseada na jurisprudência, sobre a possibilidade de realização de contratação sem prévia licitação, o órgão julgador do procedimento administrativo entendeu que seria imprescindível a licitação para tal, cometendo assim, ato de improbidade administrativa por ofensa ao princípio da moralidade administrativa.

Diante de tais argumentos, responda fundamentadamente os quesitos a seguir:

A) No caso em tela, a conduta do Secretário de Finanças configura ato de improbidade Administrativa? (Valor: 0,60)

B) Acaso fique evidenciada a lesão ao patrimônio público praticado pelo Secretário de Finanças, o mero exercício da função pública autoriza a responsabilização por ato de improbidade administrativa? (Valor: 0,65)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

O Ministério Público Federal constatou que a sociedade empresária “Fraude LTDA”, tinha práticas de criar empresas fantasmas com alterações constantes de endereço social, com a finalidade de burlar o fisco e principalmente os credores.

Ainda foi constatado pela autoridade ministerial que um dos dois sócios, Bonnie e Clyde, pertencia a uma organização criminosa, e que colocava nomes de seus parentes para serem “laranjas” do negócio.

Quando os nomes dos “laranjas” foram comprovados mediante sentença perante uma vara criminal federal por crime de falsificação ideológica, o Parquet deu seguimento de Ação Civil Pública em desfavor das pessoas físicas e jurídicas mencionadas.

Pelo relatório, a sociedade empresária “Fraude LTDA”, reconhecida como empresa matriz, apenas existiu formalmente para encobrir transações do grupo empresarial (Empresas Fantasmas), configurando-se o cometimento de ato lesivo ao patrimônio público previsto no Art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.846/2013. Sendo assim, condenada por sonegação de impostos à Receita Federal, por gerar um elevado prejuízo ao erário, juntamente com as demais empresas fantasmas.

Diante dessa situação hipotética, na qualidade de advogado(a), considerando o disposto na Lei nº 12.846/13 (Lei Anticorrupção), responda aos itens a seguir:

A) Poderá ocorrer a dissolução compulsória da sociedade empresária “Fraude LTDA” por ter sido constituída para ocultar interesses ilícitos? (Valor: 0,65)

B) Acaso ocorra a omissão das autoridades competentes para promover a responsabilização administrativa, o Ministério Público poderá aplicar as sanções do artigo 6º, da Lei nº 12.846/2013? (Valor: 0,60)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	

13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Pedro, por sentença penal condenatória, foi preso por estuprar a filha de Francisco, advogado criminal. Ao chegar na penitenciária, outros condenados souberam do ocorrido, sendo certo que Francisco defendia vários detentos do sistema prisional.

Por revolta, outros detentos estupraram Pedro, constatado por laudo pericial do próprio sistema prisional. O perito, além de elaborar o respectivo laudo, deixa evidente à administração prisional que, por se tratar de uma situação que requer certa cautela, deveriam deixá-lo privativo de outros detentos.

Porém por mera deliberalidade administrativa do sistema, Pedro foi morto, sendo certo que a investigação realizada e a prova técnica produzida comprovaram, de forma inequívoca, que Pedro foi assassinado durante o período do almoço no refeitório, e não conseguiram identificar quem foi o autor do crime.

Diante de tais argumentos, responda fundamentadamente os quesitos a seguir:

A) Houve inobservância pelo Estado do dever específico de proteção? (Valor: 0,65)

B) Acaso fosse comprovado que Pedro, mesmo sem demonstrar sinais de depressão, cometeu suicídio no presídio, ficaria configurada a responsabilidade objetiva do Estado? (Valor: 0,60)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Rubens, policial federal, vem fazendo filmagens de suas operações e tornando públicas as divulgações, utilizando de todo o equipamento de câmeras, drones e computadores da corporação, porém com todo cuidado a proteção às imagens das pessoas.

Por ter ficado conhecido em sua cidade, ganha diversos seguidores em suas redes sociais. Com isso, o policial vendo que as redes sociais estavam lhe proporcionando, decide dedicar a mais essa segunda profissão, e visar a sua futura carreira política.

Por conta disso, e em razão de diversas denúncias dos próprios policiais, o Ministério Público Federal denunciou Rubens pelo crime de peculato doloso, em decorrência da existência de provas contundentes de que o servidor se apropriou indevidamente de dinheiro público.

Em razão da tramitação do processo penal e sabendo das provas obtidas pelo Ministério Público Federal, a autoridade administrativa competente determinou a instauração de processo administrativo disciplinar que, após o devido processo legal, levou à demissão de Rubens antes do julgamento da ação penal.

Diante dessa situação hipotética, responda, na condição de advogado(a), aos questionamentos a seguir:

A) Rubens, neste momento, pode pleitear a anulação do Processo Administrativo Disciplinar em razão da necessidade de esperar o trânsito em julgado do processo penal? (Valor: 0,60)

B) Caso surgisse uma superveniência de eventual sentença penal absolutória negando o fato do crime de peculato, Rubens seria beneficiado também na esfera administrativa? (Valor: 0,65)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	

14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Amigos, boa sorte no simulado.

Espero que vocês tenham gostado. Abraços,

Igor Maciel